

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 204/2025

DISPÕE SOBRE O VALOR DA HORA-AULA MINISTRADA POR DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICO ÂMBITO DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, E DÁ OUT PROVIDÊNCIAS.

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ exercício das atribuições que lhe confere o art. 148-A, I, da Constituição Estadual; art. 97-A, III, e art. 100, da Lei Complementar Nacional nº 80, 12 de janeiro de 1994; e art. 6º, I, "a", da Lei Complementar Estadual nº 06, de 28 de abril de 1997, com as alterações legislativas que lhes sucederam;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 3º da Resolução nº 100, de 15 de maio de 2014, do Conselho Superior da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, o qual estabelece que a atualização do valor da hora-aula será feita anualmente, por ato próprio do Defensor Público-Geral do Estado do Ceará, tendo por base a variação acumulada de índices oficiais, valores adotados em outros órgãos públicos e a disponibilidade orçamentária e financeira da Defensoria Pública.

## **RESOLVE:**

**Art. 1.º** O valor atualizado da hora-aula ministrada por Defensores Públicos no âmbito Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará, de acordo com o seu nível de formação, é o constante no Anexo Único desta Instrução Normativa.

**Parágrafo único.** A atualização monetária a que se refere o "caput" tomou por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado de maio de 2014 a dezembro de 2024.

Art. 2.º Esta Instrução Normativa entra vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos 06 de março de 2025.

Sâmia Costa Farias Maia
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

NÚMERO DE ORDEM	NÍVEL	VALOR (R\$)
01	Graduação	180,93
02	Especialista	217,11
03	Mestre	253,30
04	Doutor	289,48



Documento assinado eletronicamente por Samia Costa Farias Maia, Defensor(a) Público Geral, em 10/03/2025, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.defensoria.ce.def.br/sei/controlador\_externo.php? <u>acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</u>, informando o código verificador **0113845** e o código CRC C8770C22.

Referência: Processo nº 25.0.000000951-5